

LEGISLAÇÃO EM DESTAQUE

1 LEGISLAÇÃO FEDERAL

1.1 LEIS COMPLEMENTARES

<p>Lei Complementar n. 176, de 29 de dezembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 29 dez. 2020 - Edição extra</p>	<p>Institui transferências obrigatórias da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por prazo ou fato determinado; declara atendida a regra de cessação contida no § 2º do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT); e altera a Lei nº 13.885, de 17 de outubro de 2019.</p>
---	--

1.2 LEIS ORDINÁRIAS

<p>Lei n. 14.116, de 31 de dezembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 31 dez. 2020 - Edição extra</p>	<p>Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 14.115, de 29 de dezembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 29 dez. 2020 - Edição extra</p>	<p>Estabelece o aumento da participação da União no Fundo Garantidor de Operações (FGO), no montante equivalente ao dos recursos devolvidos à União em conformidade com os §§ 4º e 5º do art. 10 da Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020.</p>
<p>Lei n. 14.114, de 29 de dezembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 29 dez. 2020 - Edição extra</p>	<p>Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 4.223.266.669,00, para os fins que especifica.</p>
<p>Lei n. 14.113, de 25 de dezembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 25 dez. 2020 - Edição extra</p>	<p>Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 14.112, de 24 de dezembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 24 dez. 2020 - Edição extra</p>	<p>Altera as Leis nºs 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.522, de 19 de julho de 2002, e 8.929, de 22 de agosto de 1994, para atualizar a legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência do empresário e da sociedade empresária.</p>
<p>Lei n. 14.111, de 24 de dezembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 24 dez. 2020 - Edição extra</p>	<p>Abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 3.302.973.107,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p>
<p>Lei n. 14.110, de 18 de dezembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 21 dez. 2020</p>	<p>Altera o art. 339 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dar nova redação ao crime de denúncia caluniosa.</p>
<p>Lei n. 14.109, de 16 de dezembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 17 dez. 2020</p>	<p>Altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, e 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a finalidade, a destinação dos recursos, a administração e os objetivos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST).</p>

Lei n. 14.107, de 3 de dezembro de 2020 Publicada no D.O.U. de 4 dez. 2020	Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 1.994.960.005,00, (um bilhão, novecentos e noventa e quatro milhões, novecentos e sessenta mil e cinco reais), para o fim que especifica; e dá outras providências.
Lei n. 14.106, de 26 de novembro de 2020 Publicada no D.O.U. de 27 nov. 2020	Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).
Lei n. 14.085, de 17 de novembro de 2020 Publicada no D.O.U. de 18 nov. 2020	Altera a Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020.
Lei n. 14.076, de 28 de outubro de 2020 Publicada no D.O.U. de 29 out. 2020	Altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, 9.826, de 23 de agosto de 1999, e 7.827, de 27 de setembro de 1989, a fim de prorrogar incentivos fiscais para o desenvolvimento regional, na forma que especifica.
Lei n. 14.075, de 22 de outubro de 2020 Publicada no D.O.U. de 23 out. 2020	Dispõe sobre a conta do tipo poupança social digital; e altera as Leis nºs 13.982, de 2 de abril de 2020, e 14.058, de 17 de setembro de 2020.
Lei n. 14.074, de 14 de outubro de 2020 Publicada no D.O.U. de 15 out. 2020	Altera a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, para criar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e o Ministério das Comunicações.
Lei n. 14.073, de 14 de outubro de 2020 Publicada no D.O.U. de 15 out. 2020	Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018.
Lei n. 14.072, de 14 de outubro de 2020 Publicada no D.O.U. de 15 out. 2020	Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação.
Lei n. 14.071, de 13 de outubro de 2020 Publicada no D.O.U. de 14 out. 2020	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para modificar a composição do Conselho Nacional de Trânsito e ampliar o prazo de validade das habilitações; e dá outras providências.
Lei n. 14.068, de 1º de outubro de 2020 Publicada no D.O.U. de 2 out. 2020	Abre crédito extraordinário em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais), para o fim que especifica; e dá outras providências.
Lei n. 14.067, de 1º de outubro de 2020 Publicada no D.O.U. de 2 out. 2020	Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 4.489.224.000,00 (quatro bilhões, quatrocentos e oitenta e nove milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais), para o fim que especifica.

1.3 DECRETOS

<p>Decreto n. 10.594, de 29 de dezembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 29 dez. 2020 - Edição extra</p>	<p>Prorroga, de ofício, a vigência de convênios, contratos de repasse, termos de fomento, termos de colaboração, termos de parceria, termos de compromisso e outros instrumentos congêneres, celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal para transferências de recursos da União.</p>
<p>Decreto n. 10.593, de 24 de dezembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 28 dez. 2020 - Edição extra</p>	<p>Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e sobre o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Informações sobre Desastres.</p>
<p>Decreto n. 10.592, de 24 de dezembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 28 dez. 2020 - Edição extra</p>	<p>Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, e em terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio de alienação e concessão de direito real de uso de imóveis.</p>
<p>Decreto n. 10.588, de 24 de dezembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 24 dez. 2020 - Edição extra</p>	<p>Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, sobre a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.</p>
<p>Decreto n. 10.584, de 18 de dezembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 21 dez. 2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 9.895, de 27 de junho de 2019, que dispõe sobre a Comissão de Ética dos Agentes Públicos da Presidência e da Vice-Presidência da República.</p>
<p>Decreto n. 10.583, de 18 de dezembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 28 dez. 2020 - Edição extra</p>	<p>Altera o Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020, que institui o Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, para dispor sobre remanejamento temporário de funções de confiança.</p>
<p>Decreto n. 10.579, de 18 de dezembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 28 dez. 2020 - Edição extra</p>	<p>Estabelece regras para a inscrição de restos a pagar das despesas de que trata o art. 5º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e dá outras providências.</p>
<p>Decreto n. 10.572, de 11 de dezembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 11 dez. 2020 - Edição extra</p>	<p>Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.</p>
<p>Decreto n. 10.569, de 9 de dezembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 10 dez. 2020</p>	<p>Aprova a Estratégia Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas.</p>
<p>Decreto n. 10.566, de 8 de dezembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 9 dez. 2020</p>	<p>Institui o Comitê Integrado de Governança da Presidência da República.</p>
<p>Decreto n. 10.564, de 7 de dezembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 8 dez. 2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 9.217, de 4 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a composição, o funcionamento e a competência do Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e autoriza a União a proceder à integralização de cotas em fundo administrado pela Caixa Econômica Federal.</p>

<p>Decreto n. 10.561, de 3 de dezembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 4 dez. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a exclusão da participação minoritária detida pelo Fundo do Regime Geral da Previdência Social na Caixa Seguros Holding S.A. do Programa Nacional de Desestatização e a autorização da alienação da referida participação para a Caixa Seguridade Participações S.A.</p>
<p>Decreto n. 10.560, de 3 de dezembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 4 dez. 2020</p>	<p>Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas estatais federais para o exercício financeiro de 2021 e dá outras providências.</p>
<p>Decreto n. 10.551, de 25 de novembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 25 nov. 2020 - Edição extra</p>	<p>Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.</p>
<p>Decreto n. 10.549, de 23 de novembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 24 nov. 2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 9.589, de 29 de novembro de 2018, que dispõe sobre os procedimentos e os critérios aplicáveis ao processo de liquidação de empresas estatais federais controladas diretamente pela União.</p>
<p>Decreto n. 10.543, de 13 de novembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 16 nov. 2020</p>	<p>Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal e regulamenta o art. 5º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, quanto ao nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em interações com o ente público.</p>
<p>Decreto n. 10.540, de 5 de novembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 6 nov. 2020</p>	<p>Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle.</p>
<p>Decreto n. 10.539, de 4 de novembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 5 nov. 2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 10.341, de 6 de maio de 2020, que autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal.</p>
<p>Decreto n. 10.537, de 28 de outubro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 29 out. 2020</p>	<p>Altera o art. 154 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e o art. 1º do Decreto nº 10.413, de 2 de julho de 2020, que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a prorrogar o período das antecipações de que tratam os art. 3º e art. 4º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.</p>
<p>Decreto n. 10.535, de 28 de outubro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 29 out. 2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente.</p>
<p>Decreto n. 10.534, de 28 de outubro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 29 out. 2020</p>	<p>Institui a Política Nacional de Inovação e dispõe sobre a sua governança.</p>
<p>Decreto n. 10.532, de 26 de outubro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 27 out. 2020</p>	<p>Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.</p>
<p>Decreto n. 10.531, de 26 de outubro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 27 out. 2020</p>	<p>Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031.</p>

Decreto n. 10.530, de 26 de outubro de 2020 Publicado no D.O.U. de 27 out. 2020	Dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de atenção primária à saúde no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de elaboração de estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada.
Decreto n. 10.527, de 22 de outubro de 2020 Publicado no D.O.U. de 23 out. 2020	Institui o Selo Biocombustível Social e dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social, incidentes na produção e na comercialização de biodiesel, e sobre os termos e as condições para a utilização das alíquotas diferenciadas.
Decreto n. 10.526, de 20 de outubro de 2020 Publicado no D.O.U. de 21 out. 2020	Institui o Comitê Interministerial de Planejamento da Infraestrutura e o Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura no âmbito do Governo federal.
Decreto n. 10.523, de 19 de outubro de 2020 Publicado no D.O.U. de 20 out. 2020	Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.
Decreto n. 10.522, de 19 de outubro de 2020 Publicado no D.O.U. de 20 out. 2020	Autoriza o emprego das Forças Armadas para a garantia da ordem pública durante a votação e a apuração das eleições de 2020.
Decreto n. 10.517, de 13 de outubro de 2020 Publicado no D.O.U. de 14 out. 2020	Prorroga os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.
Decreto n. 10.506, de 2 de outubro de 2020 Publicado no D.O.U. de 5 out. 2020	Altera o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.
Decreto n. 10.504, de 2 de outubro de 2020 Publicado no D.O.U. de 2 out. 2020 - Edição extra	Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.
Decreto n. 10.503, de 2 de outubro de 2020 Publicado no D.O.U. de 2 out. 2020 - Edição extra	Prorroga a aplicação da redução das alíquotas de tributos de que tratam o Decreto nº 10.285, de 20 de março de 2020, o Decreto nº 10.302, de 1º de abril de 2020, o Decreto nº 10.318, de 9 de abril de 2020, e o Decreto nº 10.352, de 19 de maio de 2020.

2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL

2.1 LEIS COMPLEMENTARES

Lei Complementar n. 232, de 17 de dezembro de 2020 Publicada no D.O.E. de 18 dez. 2020	Extingue cargos e funções de confiança na estrutura da Secretaria de Estado da Fazenda, cria a Função de Gestão Tributária e dá outras providências.
---	--

Lei Complementar n. 231, de 17 de dezembro de 2020 Publicada no D.O.E. de 18 dez. 2020	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a qualidade e a responsabilidade na gestão fiscal do Estado do Paraná, cria o Fundo de Recuperação e Estabilização Fiscal do Paraná e dá outras providências.
Lei Complementar n. 230, de 17 de dezembro de 2020 Publicada no D.O.E. de 18 dez. 2020	Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 76, de 21 de dezembro de 1995, que dispõe sobre concessões e permissões de serviços públicos e da Lei Complementar n.º 222, de 5 de maio de 2020, que dispõe que a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná passa a funcionar na forma que especifica, alterando sua denominação para Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná.
Lei Complementar n. 229, de 14 de dezembro de 2020 Publicada no D.O.E. de 14 dez. 2020	Altera a redação do art. 22 da Lei Complementar n.º 85, de 27 de dezembro de 1999 – Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná.
Lei Complementar n. 228, de 4 de dezembro de 2020 Publicada no D.O.E. de 4 dez. 2020	Altera dispositivo da Lei Complementar n.º 59, de 1º de outubro de 1991.
Lei Complementar n. 227, de 1º de dezembro de 2020 Publicada no D.O.E. de 4 dez. 2020	Altera a Lei Complementar n.º 205, de 7 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os serviços de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná, de que trata o art. 9.º da Constituição Estadual.
Lei Complementar n. 226, de 25 de novembro de 2020 Publicada no D.O.E. de 25 nov. 2020	Altera dispositivos das Leis Complementares n.ºs 108, de 18 de maio de 2005 e n.º 206, de 20 de dezembro de 2017, e dá outras providências.

2.2 LEIS ORDINÁRIAS

Lei n. 20.504, de 29 de dezembro de 2020 Publicada no D.O.E. de 30 dez. 2020	Altera o Valor de Referência de Custas Extrajudiciais (VRCext), previsto na Lei n.º 6.149, de 9 de setembro de 1970 [que dispõe sobre o Regime de Custas dos atos judiciais].
Lei n. 20.503, de 29 de dezembro de 2020 Publicada no D.O.E. de 30 dez. 2020	Dispõe sobre a Tabela XIV, constante do anexo da Lei n.º 6.149, de 9 de setembro de 1970 [que dispõe sobre o Regime de Custas dos atos judiciais], e modificações posteriores.
Lei n. 20.502, de 29 de dezembro de 2020 Publicada no D.O.E. de 30 dez. 2020	Dispõe sobre a Tabela XIII, constante do anexo da Lei n.º 6.149, de 9 de setembro de 1970 [que dispõe sobre o Regime de Custas dos atos judiciais].
Lei n. 20.501, de 29 de dezembro de 2020 Publicada no D.O.E. de 30 dez. 2020	Dispõe sobre a Tabela XII, constante do anexo da Lei n.º 6.149, de 9 de setembro de 1970 [que dispõe sobre o Regime de Custas dos atos judiciais].
Lei n. 20.500, de 29 de dezembro de 2020 Publicada no D.O.E. de 30 dez. 2020	Dispõe sobre a Tabela XI constante do anexo da Lei n.º 6.149, de 9 de setembro de 1970 [que dispõe sobre o Regime de Custas dos atos judiciais].

<p>Lei n. 20.449, de 17 de dezembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 30 dez. 2020</p>	<p>Altera a Lei nº 15.421, de 15 de janeiro de 2007, que instituiu a Política de Prevenção à Violência contra Educadores da Rede de Ensino do Estado do Paraná.</p>
<p>Lei n. 20.448, de 17 de dezembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 30 dez. 2020</p>	<p>Dispõe sobre o uso responsável de água no Estado do Paraná e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 20.446, de 18 de dezembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 18 dez. 2020</p> <p>Republicada no D.O.E. de 24 dez. 2020 (por incorreção)</p>	<p>Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2021.</p>
<p>Lei n. 20.445, de 17 de dezembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 18 dez. 2020</p>	<p>Autoriza o Poder Executivo a celebrar termo aditivo ao contrato firmado com a União, ao amparo da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, para estabelecimento das alterações autorizadas pela Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020.</p>
<p>Lei n. 20.444, de 17 de dezembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 18 dez. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a Central de Movimentações Processuais, vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, sobre a Unidade Especial de Atuação no Primeiro Grau de Jurisdição, vinculada à Corregedora-Geral da Justiça, sobre o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, vinculado à Presidência do Tribunal de Justiça, e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 20.443, de 17 de dezembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 18 dez. 2020</p>	<p>Dispõe sobre o ingresso de pessoas portadoras de deficiência nas instituições estaduais de educação superior e instituições estaduais de ensino técnico.</p>
<p>Lei n. 20.442, de 17 de dezembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 18 dez. 2020</p>	<p>Institui o sistema estadual de medidas socialmente úteis e diretrizes gerais para sua implementação através de práticas de justiça restaurativa, mediação, conciliação e cultura de paz e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 20.437, de 17 de dezembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 18 dez. 2020</p>	<p>Institui a Taxa de Registro de Contrato com cláusula de alienação fiduciária em operações financeiras, consórcio, Arrendamento Mercantil, Reserva de Domínio ou Penhor.</p>
<p>Lei n. 20.436, de 17 de dezembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 18 dez. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a Lei Estadual de Liberdade Econômica e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 20.435, de 17 de dezembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 18 dez. 2020</p>	<p>Institui o Programa Paraná Energia Rural Renovável e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 20.431, de 15 de dezembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 15 dez. 2020</p>	<p>Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2021</p>

<p>Lei n. 20.424, de 15 de dezembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 15 dez. 2020</p>	<p>Altera o art. 3º da Lei nº 20.362, de 27 de outubro de 2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade de o Responsável Técnico por Instituição de Longa Permanência para Idosos possuir formação em nível superior na área de Saúde.</p>
<p>Lei n. 20.423, de 14 de dezembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 14 dez. 2020</p>	<p>Fixa, a partir de 1º de janeiro de 2021, o Piso Salarial no Estado do Paraná e sua política de valorização e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 20.394, de 4 de dezembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 4 dez. 2020</p>	<p>Institui o Programa Estadual de Habitação – CASA FÁCIL PR, no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 20.393, de 4 de dezembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 4 dez. 2020</p> <p>Republicado no D.O.E. de 17 dez. 2020</p>	<p>Aprova a construção dos empreendimentos hidrelétricos e de geração de energia que especifica.</p>
<p>Lei n. 20.392, de 4 de dezembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 4 dez. 2020</p>	<p>Dispõe sobre o restabelecimento de parcelamentos relativos ao ICMS às empresas em recuperação judicial, de que trata a Lei Federal nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.</p>
<p>Lei n. 20.388, de 1º de dezembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 4 dez. 2020</p>	<p>Autoriza o Poder Executivo a proceder a afetação de imóveis, localizado nesta Capital, que integram o patrimônio estadual em favor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.</p>
<p>Lei n. 20.387, de 1º de dezembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 4 dez. 2020</p>	<p>Dispõe sobre vigência, flexibilização dos planos de trabalho das parcerias celebradas com repasses de recursos dos Fundos Públicos sob gestão da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho, em decorrência da decretação do estado de calamidade pública provocado pela Covid-19, e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 20.386, de 1º de dezembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 4 dez. 2020</p>	<p>Altera a Lei nº 20.077, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2020.</p>
<p>Lei n. 20.384, de 19 de novembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 19 nov. 2020</p>	<p>Autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com instituições financeiras públicas e privadas, com a garantia da União, e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 20.374, de 29 de outubro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 29 out. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a autorização da isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS nas operações de doação aos órgãos da Justiça Eleitoral de produtos e materiais de combate e prevenção à Covid-19 a serem utilizados durante a realização das eleições municipais de 2020 e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 20.362, de 27 de outubro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de</p>	<p>Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Responsável Técnico por Instituição de Longa Permanência para Idosos possuir formação em nível superior na área de saúde.</p>

Lei n. 20.358, de 26 de outubro de 2020 Publicada no D.O.E. de	Altera dispositivos da Lei nº 18.590, de 13 de outubro de 2015 [que define critérios de escolha mediante a consulta à Comunidade Escolar para designação de Diretores e Diretores Auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná] e dá outras providências.
Lei n. 20.357, de 20 de outubro de 2020 Publicada no D.O.E. de 26 out. 2020	Altera dispositivos da Lei nº 20.165, de 2 de abril de 2020, que autoriza concessão de subvenção econômica com recursos do FDE para a Agência de Fomento do Paraná S.A. – Fomento Paraná e para o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – PR, sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito realizadas no âmbito do Programa Paraná Mais Empregos.
Lei n. 20.347, de 14 de outubro de 2020 Publicada no D.O.E. de 14 out. 2020	Dispõe sobre a realização de testes rápidos (ensaios imunocromatográficos) para a Covid-19 em farmácias privadas no Estado do Paraná
Lei n. 20.338, de 6 de outubro de 2020 Publicada no D.O.E. de 7 out. 2020	Institui o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná e dá outras providências.

2.3 DECRETOS

Decreto n. 6.593, de 30 de dezembro de 2020 Publicado no D.O.E. de 30 dez. 2020	Altera o parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 6.294, de 3 de dezembro de 2020 [que dispõe sobre novas medidas de distanciamento social para o enfrentamento da pandemia da COVID-19].
Decreto n. 6.590, de 28 de dezembro de 2020 Publicado no D.O.E. de 28 dez. 2020	Prorroga por mais dez dias a vigência das medidas de distanciamento social para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 dispostas no Decreto nº 6.294, de 3 de dezembro de 2020, prorrogada pelo Decreto nº 6.555, de 17 de dezembro de 2020, e adota outras providências.
Decreto n. 6.555, de 17 de dezembro de 2020 Publicado no D.O.E. de 17 dez. 2020	Prorroga por 10 dias a vigência das medidas de distanciamento social para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, estabelecidas no Decreto nº 6.294, de 03 de dezembro de 2020.
Decreto n. 6.554, de 17 de dezembro de 2020 Publicado no D.O.E. de 17 dez. 2020	Divulga o calendário de feriados e estabelece os dias de recesso e de ponto facultativo do ano de 2021, para cumprimento pelos Órgãos e Entidades da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo dos serviços considerados essenciais.
Decreto n. 6.543, de 15 de dezembro de 2020 Publicado no D.O.E. de 15 dez. 2020	Prorroga em 180 dias o prazo de vigência do Decreto nº 4.319, de 23 de março de 2020 [que declara o estado de calamidade pública, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19].
Decreto n. 6.489, de 14 de dezembro de 2020 Publicado no D.O.E. de 14 dez. 2020	Prorroga em 150 dias o prazo para conclusão dos trabalhos do “Grupo de Trabalho – Plano de Custeio – GT-PC”, que tem por objetivo apresentar o novo Plano de Custeio para o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná – RPPS.
Decreto n. 6.483, de 14 de dezembro de 2020 Publicado no D.O.E. de 14 dez. 2020	Cria grupo de trabalho para disponibilização da íntegra dos processos de aquisição de materiais e serviços no portal da Transparência do Estado.

Decreto n. 6.482, de 14 de dezembro de 2020 Publicado no D.O.E. de 14 dez. 2020	Acresce os incisos IV e V ao art. 3º do Decreto nº 6.235/2020, que trata da composição do Grupo de Trabalho de monitoramento da implantação do Plano de Governo.
Decreto n. 6.481, de 14 de dezembro de 2020 Publicado no D.O.E. de 14 dez. 2020	Institui o Projeto de Retomada do Turismo no Estado do Paraná.
Decreto n. 6.480, de 14 de dezembro de 2020 Publicado no D.O.E. de 14 dez. 2020	Altera o § 1º do art. 18 do Decreto nº 2.428, de 14 de agosto de 2019 [que regulamenta a Lei Complementar nº 104, de 7 de julho de 2004 que dispõe sobre as diárias de servidores e estabelece normas para o deslocamento dos servidores civis e militares da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo e aqueles contratados em caráter temporário].
Decreto n. 6.475, de 14 de dezembro de 2020 Publicado no D.O.E. de 14 dez. 2020	Acrescenta dispositivos ao art.11 do anexo ao Decreto n.º 5.810, de 28 de setembro de 2020, que trata da regulamentação do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA.
Decreto n. 6.474, de 14 de dezembro de 2020 Publicado no D.O.E. de 14 dez. 2020	Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado do Paraná.
Decreto n. 6.294, de 3 de dezembro de 2020 Publicado no D.O.E. de 3 dez. 2020	Dispõe sobre novas medidas de distanciamento social para o enfrentamento da pandemia da COVID-19.
Decreto n. 6.279, de 30 de novembro de 2020 Publicado no D.O.E. de 30 nov. 2020	Estabelece os Índices de Participação dos Municípios (IPM) paranaenses no produto da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, para o exercício de 2021.
Decreto n. 6.273, de 27 de novembro de 2020 Publicado no D.O.E. de 27 nov. 2020	Autoriza o chamamento de 806 militares estaduais inativos da Polícia Militar do Paraná para integrar o Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários – CMEIV, para atuação no Programa Colégios Cívico-Militares, e adota outras providências.
Decreto n. 6.265, de 24 de novembro de 2020 Publicado no D.O.E. de 24 nov. 2020	Aprova o Regulamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná.
Decreto n. 6.205, de 20 de novembro de 2020 Publicado no D.O.E. de 20 nov. 2020	Revoga o parágrafo único, do art. 2º, do Decreto nº 1.978, de 20 de dezembro de 2007 [que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas estatais].
Decreto n. 6.082, de 4 de novembro de 2020 Publicado no D.O.E. de 4 nov. 2020	Acresce o parágrafo único ao art. 2º do Decreto nº 4.385, de 27 de março de 2020 [que dispõe sobre medidas orçamentárias e financeiras para prevenção e combate à COVID-19].
Decreto n. 6.080, de 4 de novembro de 2020 Publicado no D.O.E. de 4 nov. 2020	Promove alterações no Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020 [que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19].

Decreto n. 6.012, de 26 de outubro de 2020 Publicado no D.O.E. de 26 out. 2020	Inserir dispositivo no Decreto nº 1.732, de 18 de junho de 2019 [que regulamenta o procedimento de Acordo Direto de Precatórios relativo à Rodada de Conciliação instituída pelo artigo 1º, § 8º, da Lei nº 19.802, de 21 de dezembro de 2018].
Decreto n. 6.010, de 26 de outubro de 2020 Publicado no D.O.E. de 26 out. 2020	Institui Comitê de Monitoramento das Medidas para o Enfrentamento da COVID-19.
Decreto n. 5.999, de 26 de outubro de 2020 Publicado no D.O.E. de 26 out. 2020	Introduz alteração no Decreto nº 8.249, de 17 de novembro de 2017, que dispõe sobre o cadastramento de entidades paranaenses, sem fins lucrativos, no Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná.
Decreto n. 5.997, de 26 de outubro de 2020 Publicado no D.O.E. de 26 out. 2020	Revoga o Decreto nº 4.263, de 18 de março de 2020 [que regulamenta o art. 12 do Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020, instituindo um plano de monitoramento de fronteiras e divisas, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19].
Decreto n. 5.882, de 7 de outubro de 2020 Publicado no D.O.E. de 7 out. 2020	Revoga o Decreto nº 4.942, de 30 de junho de 2020 [que dispõe sobre medidas restritivas regionalizadas para o enfrentamento da COVID-19].
Decreto n. 5.881, de 7 de outubro de 2020 Publicado no D.O.E. de 7 out. 2020	Altera dispositivos do Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020 [que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19].
Decreto n. 5.880, de 7 de outubro de 2020 Publicado no D.O.E. de 7 out. 2020	Torna obrigatório aos órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Paraná registrar e manter atualizado todos os dados e informações junto ao Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS.
Decreto n. 5.879, de 7 de outubro de 2020 Publicado no D.O.E. de 7 out. 2020	Instituiu grupo de trabalho para a realização de estudos, estratégias e propostas afetas à Economia Solidária, com vista à retomada econômica do Estado pós pandemia provocada pela COVID-19.
Decreto n. 5.857, de 5 de outubro de 2020 Publicado no D.O.E. de 5 out. 2020	Implementa o Programa Educa Juntos por meio de regime de colaboração entre o Estado do Paraná e seus Municípios.

3 NORMAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

3.1 RESOLUÇÕES

Resolução n. 81, de 10 de dezembro de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 15 dez. 2020	Dispõe sobre a instituição, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCEPR), de sistemática de quantificação de benefícios, composta pela identificação, mensuração e registro dos benefícios das ações de controle externo e do volume de recursos fiscalizados.
Resolução n. 80, de 26 de outubro de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 3 nov. 2020	Dispõe sobre os elementos técnicos constituintes do anteprojeto de engenharia.

3.2 INSTRUÇÕES NORMATIVAS

<p>Instrução Normativa n. 156, de 13 de novembro de 2020</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 18 nov. 2020</p>	<p>Disciplina o encaminhamento de dados ao Mural de Licitações Municipais e regulamenta o Cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar, e dá outras providências.</p>
---	--

3.3 NOTAS TÉCNICAS

<p>Nota Técnica n. 11, de 1º de dezembro de 2020 – CGF</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 8 dez. 2020</p>	<p>Dispõe sobre forma de repasse, contabilização das despesas orçamentárias e prestação de contas dos recursos provenientes da Lei nº 14.017/2020, destinados para aplicação em ações emergenciais de apoio ao setor cultural.</p>
<p>Nota Técnica n. 10, de 8 de outubro de 2020 - CGF</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 14 out. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a abrangência das disposições da LC nº 173/2020 e os respectivos reflexos nas regras fiscais da LRF, no contexto da pandemia da COVID-19.</p>

3.4 PORTARIAS SELECIONADAS

<p>Portaria n. 664, de 16 de dezembro de 2020</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 17 dez. 2020</p>	<p>Retifica o erro material constante do Calendário Oficial publicado pela Portaria nº 661/2020.</p>
<p>Portaria n. 661, de 16 de dezembro de 2020</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 16 dez. 2020</p>	<p>Aprova, nos termos do artigo 16, inciso XXXIX, do Regimento Interno, o Calendário Oficial deste Tribunal de Contas para o exercício de 2021, em anexo, com a indicação das datas de suspensão de expediente, conforme feriados e recessos previstos. Fixa o período de recesso de 20 de dezembro de 2021 a 1º de janeiro de 2022.</p>
<p>Portaria n. 617, de 27 de novembro de 2020</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 30 nov. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a manutenção da fase dois (adaptada) e dá outras providências.</p>
<p>Portaria n. 554, de 3 de novembro de 2020</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 4 nov. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a retomada gradual por fases das atividades presenciais (fase dois) e a tempestividade dos petições dirigidos ao Tribunal de Contas, e dá outras providências.</p>
<p>Portaria n. 552, de 28 de outubro de 2020</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 29 out. 2020</p>	<p>Dispõe sobre o Protocolo de Conduta para prevenção ao contágio pelo coronavírus Sars-CoV-2 no âmbito do Tribunal, e dá outras providências.</p>